

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 40/2023**

**OBJETO:** Aquisição de veículos novos, zero quilômetro, nos termos do Edital e seus anexos.

**IMPUGNANTE: NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**

## **1. RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação, cumulada com pedido de esclarecimentos, apresentada por NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. (CNPJ 04.104.117/0007-61), contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 40/2023.

## **2. ADMISSIBILIDADE**

### **2.1 – Tempestividade**

Dispõe o art. 164 da Lei 14.133/2021 que “Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame”.

A sessão de abertura foi designada para o dia 5/12/2023 e a presente impugnação foi encaminhada em 29/11/2023, às 11:55. Ela é, portanto, tempestiva.

Conforme dispõe o §2º do art. 16 da IN n. SEGES/ME/73/2022, o agente de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

O edital dispõe, em destaque na página de rosto, que os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço eletrônico: [licitacao@trt3.jus.br](mailto:licitacao@trt3.jus.br).

O fato de o impugnante não ter encaminhado para o endereço correto dificultou a localização do expediente, bem como impediu o cumprimento deste prazo. Ainda assim, foi possível elaborar e publicar a resposta antes da abertura da sessão pública.

## **3. MÉRITO**

### **3.1. Pedidos de Esclarecimentos**

#### **3.1.1. Isenção de IPVA no emplacamento**

A requerente questiona se no emplacamento dos veículos deverá ser considerada ou não a isenção do IPVA.

Resposta da área técnica: O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região é isento do pagamento de IPVA. Portanto, deverá ser considerada, para fins de emplacamento, a isenção deste imposto.

### **3.1.2. Motor biocombustível**

Diante da exigência editalícia de motor bicombustível, a requerente questiona se será aceito automóvel de combustível a gasolina.

Resposta da área técnica: Cumpre consignar que a Administração optou pela utilização de veículos bicombustíveis, vez que apresentam as seguintes vantagens:

- escolha entre gasolina e etanol de acordo com a disponibilidade e preço dos combustíveis no momento do abastecimento e
- o etanol produz menor emissão de poluentes, reduzindo, assim, os impactos ambientais.

Ademais, o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, em seu item 1.1.7.1, dispõe sobre a utilização preferencial de combustíveis menos poluentes e de fontes renováveis, como o etanol.

Além disso, o Plano de Gerenciamento de Gases do Efeito Estufa (ou Plano de Compensação de Carbono) implantado pelo Tribunal, por determinação do Conselho Nacional de Justiça, prevê meta de utilização de maior percentual de etanol nos abastecimentos realizados pela frota de veículos oficiais.

Por fim, o art. 1º da Lei 9.660/1998 preceitua que qualquer aquisição ou substituição de veículos leves para compor a frota oficial ou locação de veículos de propriedade de terceiros para uso oficial somente poderá ser realizada por unidades movidas a combustíveis renováveis.

Diante do exposto, mantem-se a exigência de veículo bicombustível.

### **3.1.3. Veículos com transmissão automática do tipo XTRONIC CVT®**

Diante da exigência editalícia de câmbio automático de, no mínimo, 6 marchas à frente e 1 a ré, a requerente questiona se serão aceitos veículos com transmissão automática do tipo XTRONIC CVT®.

Resposta da área técnica: Caso o XTRONIC CVT cumpra a especificação prevista no edital, qual seja, câmbio automático de, no mínimo, 06 (seis) marchas à frente e 01 (uma) a ré, não haverá óbice à aceitação do veículo.

### **3.1.4. Veículos com vidros com acionamento elétrico e travas elétricas**

Diante da exigência editalícia de vidros com acionamento elétrico e travas elétricas nas 4 portas originais de fábrica, a requerente questiona se os vidros elétricos de série atendem; se há exigência do acionamento elétrico pela chave; se serão aceitos veículos com acionamento remoto dos vidros instalados em concessionária autorizada ou transformadora homologada da fabricante.

Resposta da área técnica: De acordo com os requisitos do Edital, os vidros devem possuir acionamento elétrico, não havendo exigência que seja por meio da chave do automóvel.

### **3.1.5. Garantia contratual de 36 meses**

Diante da exigência editalícia para os veículos Sedan de garantia contratual de 36 (trinta e seis) meses, contados do recebimento definitivo, sem limite de quilometragem, a requerente questiona se a garantia ofertada pela requerente de 03 (três) anos ou 100 mil km, juntamente com o serviço Nissan Way Assistance disponibilizado por um período de 02 (dois) anos atendem às exigências desta Administração.

Resposta da área técnica: Considerando que a previsão editalícia de garantia contratual de “36 (trinta e seis) meses, contados do recebimento definitivo, sem limite de quilometragem”, não serão aceitas as condições propostas, vez que limitam a garantia a 100 mil km.

## **3.2. Impugnação**

### **3.2.1. Isenção de IPVA no emplacamento**

A impugnante alega que a exigência do item 3.1 do Termo de Referência, segundo a qual são exigidos veículos de “fabricação nacional ou nos países que compõem o MERCOSUL (serão aceitos veículos fabricados nos países do MERCOSUL, desde que haja acordo bilateral para o comércio de veículos, em vigor no Brasil)”, é restritiva de competitividade e vulnera o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, uma vez que impede que grandes montadoras de automóveis, que se posicionam globalmente e distribuem a produção de cada modelo/versão para suas plantas industriais alocadas em países diversos, possam participar do certame. Assim, pede a alteração do edital, nesse sentido.

Assiste-lhe razão.

Entendeu a área técnica que é “possível a oferta de produto importado, desde que tenha representação comercial no Brasil, assistência técnica e garantia disponibilizadas nesta Capital”. Dessa forma, a descrição formulada no edital será revista, para que passe a constar “veículo de fabricação nacional, nacionalizado ou importado, desde que este tenha representação comercial no Brasil, assistência técnica e garantia disponibilizadas em Belo Horizonte/MG”.

### **3.2.2. Isenção de IPVA no emplacamento**

A impugnante alega que a exigência do item 3.1 do Termo de Referência, segundo a qual é exigido para os veículos Sedan “tanque de combustível com capacidade igual ou superior a 50 litros”, é restritiva de competitividade por impedir a participação de empresas, como ela, que fornecem modelo de 47 litros que apresentam uma maior vantagem, pois o modelo possui uma autonomia/consumo menor do que os demais veículos disponíveis no mercado, trazendo um melhor rendimento, maior economicidade e melhor custo benefício em ambientes urbanos, tendo ainda, a vantagem de possuir a direção elétrica, que gera uma economia de combustível de até 5%, por não consumir potência direta do motor ao não estar ligada diretamente a ele por correia.

Sem razão.

A unidade demandante do objeto desta licitação esclareceu os motivos que levaram a tal descrição:

(...)

Isso porque os veículos a serem adquiridos serão utilizados em traslados diários nesta Capital e região metropolitana, além de viagens por todo o território do Estado de Minas Gerais, circunstância que deu ensejo às seguintes considerações:

- tanque de combustível de maior capacidade possibilita maior autonomia do veículo para percursos de longa distância, sem a necessidade de abastecimento;
- otimização da gestão dos traslados e viagens, porquanto a diminuição da necessidade de paradas para abastecimento gera um ganho de tempo e maior eficiência na administração do transporte oficial;
- maior segurança, uma vez que o Estado de Minas Gerais possui dimensão considerável e regiões remotas com estradas, muitas vezes, precárias sem a disponibilidade de postos de combustíveis com regularidade;
- maior eficiência e economicidade, pois com a possibilidade de maior autonomia de uso, havendo oferta de mais fornecedores, a Administração poderá escolher onde se dará o abastecimento com maior vantagem para o erário.

Nesse sentido, a escolha do requisito se pautou pela ponderação de critérios que homenageiam o princípio da eficiência na gestão pública, razão pela qual não se pode acolher o pedido para sua alteração.

### **3.2.3. Exigência de observância da Lei Ferrari (Lei n. 6.729/1979)**

A impugnante alega que, para que o edital possa requerer veículo zero quilômetro e que isso seja cumprido dentro da legalidade, seria necessário que ele determinasse a exigência de atendimento ao fornecimento de veículo novo apenas por fabricante ou concessionário credenciado, nos termos da Lei nº 6.729/79 (Lei Ferrari) a qual, em seus arts. 1º e 2º, estabelece que veículos zero quilômetro só podem ser comercializados por concessionário”. Pretende, assim, que seja vedada a participação ampla de empresas que não comprovem a constituição como concessionária autorizada pela fabricante do veículo.

Não lhe assiste razão.

É certo que o processo licitatório tem por objetivos (i) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto e (ii) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, segundo art. 11 da Lei 14.133/2021.

A Lei n. 6.729/79 dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre. No entanto, conforme manifestou a área técnica:

(...) a sua aplicação deve se dar dentro do contexto de normas e princípios jurídicos, além do objetivo da disputa pública que é o atendimento do interesse público, garantindo sua satisfação pela escolha da melhor proposta.

A Constituição Federal estabelece, ainda, em seu art. 170, inciso IV, a livre concorrência, que consiste na possibilidade dada a qualquer pessoa de explorar qualquer atividade econômica, sem inviabilizar a concorrência das demais pessoas ou empresas.

Dessa forma, o objeto do item 1 do certame é a aquisição de veículo “zero quilômetro”, ou seja, um bem “não usado”. Desde que o bem não tenha sido usado, ele atende ao interesse público divulgado por meio do instrumento convocatório, seja ele originado de fábrica ou não.

E, a partir dessa concepção, vislumbra-se que o bem pode ser comercializado por empresa concessionária (autorizada pela fabricante), mas também por revendedora que possua em seu estoque bens com tais características.

Assim, entende-se que a inclusão da cláusula restritiva, intentada pela impugnante, importaria em violação ao princípio da competitividade e prejuízo ao objetivo da licitação que é a satisfação do interesse público pela obtenção da proposta que produza o resultado mais vantajoso para a Administração.

Dessarte, não merecendo reparos o edital, nega-se provimento.

#### **4. CONCLUSÃO**

Pelos motivos elencados, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA, por atender os requisitos de admissibilidade e tempestividade para, no mérito, DAR-LHE provimento parcial para determinar a retificação do edital, no item 3.1 do Termo de Referência, para que seja possível a oferta de veículo de fabricação nacional, nacionalizado ou importado, desde que este tenha representação comercial no Brasil, assistência técnica e garantia disponibilizadas em Belo Horizonte/MG.

Remeta-se cópia desta decisão, por meio eletrônico, à impugnante, disponibilizando-a e publicando-a no sítio eletrônico deste Tribunal. Após, sejam remetidos os autos para a unidade demandante, para que proceda à retificação do edital, conforme fundamentação.

Belo Horizonte, 5 de dezembro de 2023.

**SHEYLA DE CAMPOS MENDES**  
Pregoeira